



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Dados Consolidados

20
24



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

SUMÁRIO

1. Informações Gerais.....	03
2. Base das Demonstrações Contábeis.....	03
2.1. Principais Práticas Contábeis.....	04
2.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa.....	04
2.1.2 Créditos e Valores a Curto Prazo.....	04
2.1.2.1 – Metodologia de cálculo para perdas.....	05
2.1.3 Estoques.....	05
2.1.4 Créditos a Longo Prazo.....	05
2.1.5. Imobilizado.....	05
2.1.5.1 Bens Móveis.....	06
2.1.5.2 Bens Imóveis.....	06
2.1.6. Intangível.....	06
2.1.7 Passivo Circulante.....	06
2.1.8 Passivo Não Circulante.....	07
2.1.9 Apuração do Resultado.....	07
2.2 Critérios Adotados na Consolidação das Demonstrações do Poder.....	08
3. Balanço Patrimonial.....	09
3.1. Balanço Patrimonial - MCASP.....	09
4. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).....	16
5. Balanço Orçamentário (BO).....	22
5.1. Balanço Orçamentário – MCASP.....	22
5.2. Conciliação dos dados do Balanço Orçamentário com a Demonstração de Fluxos de Caixa.....	25
6. Balanço Financeiro.....	26
7. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).....	28



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

1. Informações Gerais

Órgão do Poder Judiciário do Brasil, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) tem sua sede em Recife e jurisdição em todo estado.

Conta com uma força de trabalho de 53 desembargadores, 484 juízes de direito e 7.992 servidores efetivos, contemplando os comissionados e à disposição, no mister da prestação jurisdicional ao cidadão, visando à pacificação social.

O custo necessário ao funcionamento da máquina judiciária é suportado por meio de orçamento público aprovado em Lei Orçamentária Anual (LOA). Os recursos financeiros são advindos do Poder Executivo estadual por meio de duodécimos, bem como de receitas diretamente arrecadadas pelo Poder.

A operacionalização dos recursos orçamentários e financeiros do Poder, com seus respectivos reflexos patrimoniais, ocorre por meio de duas unidades gestoras: Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco (FERM-PJPE).

Em cumprimento à legislação e à necessidade de possibilitar o controle social, o Poder elabora e publica as demonstrações contábeis, compostas de Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração de Fluxo de Caixa e Notas Explicativas.

2. Base das Demonstrações Contábeis

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL), editada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As Demonstrações Contábeis foram preparadas utilizando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), 10ª edição, somadas às Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC), ambos publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Além disso, é observada a legislação vigente aplicada, dentre as quais destaca-se a Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

São apresentadas em consonância com os novos padrões de contabilidade, por serem o conjunto consolidado das informações econômicas, orçamentárias, financeiras e patrimoniais da entidade, sendo compostas por:

- I. Balanço Patrimonial;
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais;
- III. Balanço Orçamentário;
- IV. Balanço Financeiro;
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- VI. Notas Explicativas.

Por tratarem-se das demonstrações consolidadas do Poder Judiciário, agregam, portanto, os saldos da Unidade Gestora Executora (UGE) 070001 – TJPE e da UGE 070002 – FERM-PJ, representando uma única unidade contábil, excluindo-se as transações recíprocas entre as unidades envolvidas, partindo das informações constantes no Sistema Corporativo e-Fisco Financeiro, do Poder Executivo estadual.

Registre-se, por oportuno, que as demonstrações individualizadas, por unidade gestora do Poder, estão disponíveis no endereço <https://portal.tjpe.jus.br/web/transparencia/prestacao-de-contas/contas-publicas/2024>.

2.1. Principais Práticas Contábeis

2.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa - Compreende a disponibilidade financeira e são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, em moeda nacional. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor justo, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado. Destaca-se ainda nesse grupo os depósitos restituíveis e valores vinculados, que compreendem o valor das entradas compensatórias no ativo e passivo financeiro relacionado aos recursos financeiros sob a guarda do Poder para o pagamento de precatórios pertencentes aos Entes / Entidades do Estado de Pernambuco, bem como à autarquia federal.

2.1.2 Créditos e Valores a Curto Prazo - São mensurados ou avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

Os direitos a receber referem-se, principalmente, a: (I) acordos com servidores e ex-servidores; (II) multas por descumprimento contratual; (III) arrendamentos; (IV) convênios de cessão de pessoal; (V) remuneração pela administração dos depósitos judiciais; (VI) direito de operacionalização da folha de pagamento de pessoal; (VII) multa por processo administrativo disciplinar; entre outros.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

2.1.2.1 – Metodologia de cálculo – Ajuste para perdas - Com base na perspectiva de recebimento, é constituído ajuste para perdas, tanto para os créditos de curto prazo quanto de longo prazo.

O MCASP não tem definido, nas suas últimas edições, metodologia a ser adotada para cálculo do ajuste para perdas. Desta forma, o registro que vem sendo realizado pelo Poder desde 2015 tem como base orientações contidas em edições anteriores do Manual, conforme demonstrativo a seguir.

Demonstrativo do Cálculo do Percentual de Recebimentos do Ajuste para Perdas			
Descrição	2024	2023	2022
Créditos Recebidos no Exercício	a1	a2	a3
Soma dos Saldos Mensais dos Créditos a Receber	b1	b2	b3
Média Anual de Saldos Mensais	$c1=b1/12$	$c2=b2/12$	$c3=b3/12$
Média Ponderada de Recebimentos	$d1=a1/c1*100$	$d2=a2/c2*100$	$d3=a3/c3*100$
Média Percentual de Recebimentos dos Três Últimos Exercícios	$e= (d1+ d2+ d3)/3$		
Ajuste para Perdas	$f=100-e$		

2.1.3 Estoques - Compreendem os materiais de consumo, medicamentos e materiais hospitalares, abarcando, assim, todo o almoxarifado do Poder. São registrados com base no valor de aquisição/produção. Por sua vez, o método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei 4.320/1964.

2.1.4 Créditos a Longo Prazo - Compostos pelos valores inscritos em dívida ativa tributária e não tributária. São avaliados e mensurados pelo valor original, atualizados mensalmente, com base no art. 14 da Lei nº 13.178 de 29 de dezembro de 2006, com respectivos acréscimos levados para o resultado patrimonial do período. Em 2024, foram também considerados os Serviços de TI pagos antecipadamente que possuem valores a compensar em períodos que ultrapassam o fim do exercício seguinte.

A metodologia de cálculo do ajuste de perdas utilizada é a mesma para créditos a curto prazo e encontra-se detalhada no item 2.1.2.1.

2.1.5 Imobilizado - Item tangível mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos. É mensurado com base no valor de aquisição, produção ou construção, incluindo os gastos adicionais ou



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

complementares que aumentem a sua vida útil e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Em se tratando daqueles obtidos a título gratuito, o valor patrimonial é o definido nos termos da doação ou o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico.

O imobilizado sofre o registro da depreciação, que representa a redução do valor dos bens corpóreos pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

2.1.5.1 Bens Móveis - Os bens estão reconhecidos a valores históricos, devidamente conciliados com o inventário elaborado pela Gerência de Patrimônio da Diretoria de Patrimônio e Suprimentos. Em 2021, os bens adquiridos a partir de 01/01/2011 passaram a ser depreciados, adotando-se o método de cotas constantes. Em relação aos bens adquiridos anteriormente à data de corte, até 31/12/2010, a comissão constituída definiu os critérios de avaliação, de acordo com a IN nº 11/2021, restando pendente o reflexo desse ajuste no sistema de Patrimônio, bem como da depreciação, dentro do critério de ajuste por adoção inicial, previsto nas normas contábeis vigentes.

2.1.5.2. Bens Imóveis - A política definida foi de registrar todos os imóveis com obras concluídas até 2015 pelo valor da avaliação técnica realizada pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA). Já aquelas finalizadas a partir de 2016 são reconhecidas pelo custo de aquisição ou construção. Para ambas as situações, a depreciação está sendo registrada, desde 2016, com base na vida útil informada pela DEA, conforme método de cotas constantes.

Em observância ao conceito de ativo imobilizado contido no MCASP, os bens, cuja propriedade não é do TJPE, mas os riscos, benefícios e controle foram identificados como sendo do Poder, estão registrados no patrimônio deste.

2.1.6 Intangível - Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. Corresponde em sua totalidade a softwares. É mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção, sendo amortizados pelo método de cotas constantes, quando possuem vida útil definida, ou seja, existência ou exercício de duração limitada, prazo legal ou contratualmente limitado. Em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, é adotado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

2.1.7 Passivo Circulante - As obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, acrescidas dos respectivos encargos, quando aplicável, que são levados



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

para o resultado. Destacam-se verbas de pessoal referentes a exercícios anteriores, férias e 13º salário, sendo as duas últimas apropriadas mensalmente por competência, refletindo os valores devidos até o encerramento do exercício. Especificamente sobre o passivo de licença prêmio, é registrado o valor devido a servidores na sua forma indenizada, de acordo com a legislação vigente. As obrigações relativas a cauções em pecúnia, decorrentes de contrato, são atualizadas mensalmente, aumentando a respectiva obrigação.

2.1.8 Passivo Não Circulante - As obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, acrescidas dos respectivos encargos, quando aplicável, que são levados para o resultado.

2.1.9 – Apuração do Resultado - A contabilidade aplicada ao setor público possibilita a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

Resultado patrimonial - Decorre da confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), ocorridas no exercício, apresentada na Demonstração das Variações Patrimoniais, em observância ao regime de competência.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício, representando acréscimo ou decréscimo ao patrimônio da entidade.

Resultado orçamentário - O regime orçamentário adotado segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas (ou realizadas) e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado financeiro - Apurado no Balanço Financeiro, representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e impactaram nas disponibilidades. É possível, também, verificar o



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, por meio da geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

2.2. Critérios Adotados na Consolidação das Demonstrações do Poder

Conforme preceitua o MCASP:

Consolidação das demonstrações contábeis é o processo de agregação dos saldos das contas de mais de uma entidade, excluindo-se as transações recíprocas, de modo a disponibilizar os macro agregados do setor público, proporcionando uma visão global do resultado.

No setor público brasileiro, a consolidação pode ser feita no âmbito intragovernamental (em cada ente da Federação) ou em âmbito intergovernamental (consolidação nacional).

A consolidação nacional é de competência da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e abrange todas as entidades incluídas no orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS), a saber:

- a. as esferas de governo (União, estados, Distrito Federal e municípios);
- b. os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário); e
- c. a administração pública, direta e indireta, incluindo fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes. (MCASP, 10ª edição, pág. 579)

Nesse contexto, para a elaboração das demonstrações consolidadas do Poder Judiciário de Pernambuco, foram realizadas as seguintes exclusões de saldos recíprocos decorrentes de transações entre as unidades do próprio Poder. Esses valores são identificados conforme metodologia adotada no registro contábil de acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

	2024	2023
Balanço Patrimonial		
Ativo	1.216.301,63	1.084.952,79
Passivo	1.216.301,63	1.084.952,79
Demonstração das variações Patrimoniais		
Variações Patrimoniais Aumentativas	66.457.316,38	31.136.219,19
Variações Patrimoniais Diminutivas	66.457.316,38	31.136.219,19
Balanço Financeiro		
Ingressos	26.271.258,38	25.696.393,46
Dispêndios	26.271.258,38	25.696.393,46



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

3. Balanço Patrimonial

Evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais registrados em contas de compensação, conforme definição contida no MCASP.

Em atenção ao disposto no MCASP e na IPC 04, Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial, os seguintes quadros foram elaborados:

- Balanço Patrimonial – MCASP
- Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Lei nº 4.320/1964
- Quadro das Contas de Compensação – Lei nº 4.320/1964
- Quadro do Superávit /Déficit Financeiro – Lei nº 4.320/1964

3.1. Balanço Patrimonial - MCASP

Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa – Compreende os valores disponíveis, em moeda nacional, conforme detalhamento abaixo:

Descrição	2024	2023
Conta Única	3.422.592,46	4.722.076,40
Contas Movimento	0,06	88,42
CDB/RDB	89.817.841,35	66.642.463,67
Fundos de Aplicação Financeira	488.969.090,81	359.015.257,56
Precatórios sob a guarda do TJPE ¹	36.432.649,02	-
TOTAL	618.642.173,70	430.379.886,05

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ O saldo referente aos recursos de precatórios sob a guarda do TJPE, registrados inicialmente em 2023 pelo valor de R\$ 166.257.295,32 no grupo de "Demais Créditos e Valores a Curto Prazo" (grupo 1.1.3), foi transferido para o grupo de "Caixa e Equivalentes de Caixa" (grupo 1.1.1.3), conforme orientação contida no MCASP (10ª edição).

Nota 2 – Créditos a Curto Prazo – Do total, R\$ 360.534,71 refere-se a valores a receber relativo a um processo referente Taxa de Utilização dos Serviços Notariais ou de Registro -TSNR, que se encontra na Superintendência Jurídica da Secretaria da Fazenda (SEFAZ-PE), para fins de constituição do crédito tributário. O saldo restante compreende valores a receber da SEFAZ-PE referente custas e taxas arrecadadas via DAE, em função de Convênio formalizado com este Poder.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

Nota 3 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Compreendem os valores a receber por transações realizáveis no curto prazo.

Descrição	2024	2023
Créditos a receber pela administração dos depósitos judiciais – Banco do Brasil ¹	8.486.669,89	7.704.968,90
Créditos a Receber de Fornecedores (multas contratuais)	3.664.142,10	3.727.725,42
(-) Ajuste para Perdas de Créditos a Receber de Fornecedores (multas contratuais) ²	(3.577.668,35)	(3.637.514,46)
Créditos a Receber de Servidores e Ex-servidores	1.838.566,49	1.803.738,85
(-) Ajuste para Perdas de Créditos a Receber de Servidores e Ex-servidores ²	(1.795.176,32)	(1.760.088,37)
Convênio de Cessão de Pessoal	1.799.095,57	2.095.549,21
Créditos a receber provenientes da folha de pagamento - Santander e Bradesco ¹	1.069.425,12	811.492,24
Suprimento de Fundos Institucional	398.199,70	426.960,90
Créditos a receber por outros contratos	124.274,69	15.856,53
(-) Ajuste de perdas de créditos a receber ²	(121.341,81)	(15.472,80)
Créditos a receber por arrendamentos	95.273,66	24.927,74
Outros Créditos a receber	3.504,17	6.020,72
Precatórios sob a guarda do TJPE – Entes e Entidades ³	-	166.257.295,32
TOTAL	11.984.964,91	177.461.460,20

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Valores a receber de dezembro, decorrentes da operacionalização da folha de pagamento e da administração dos depósitos judiciais, recebidos em janeiro do ano seguinte.

² O ajuste corresponde a 97,64%, calculado pela metodologia descrita no item 2.1.2.1.

³ O saldo referente aos recursos de precatórios sob a guarda do TJPE, registrados inicialmente em 2023 no valor de R\$ 166.257.295,32 no grupo de "Demais Créditos e Valores a Curto Prazo", foi transferido para o grupo de "Caixa e Equivalentes de Caixa", conforme orientação contida no MCASP (10ª edição).

Nota 4 – Estoques – O montante de R\$ 5.616.233,43 é composto por dois almoxarifados, sendo um de materiais de consumo administrado pela Diretoria de Patrimônio e Suprimentos (96%) e o outro de materiais médico e odontológico (4%) gerido pelo Centro de Saúde do TJPE.

Nota 5 – VPD Pagas Antecipadamente – Correspondem às variações patrimoniais diminutivas (VPD), referentes a Serviços de TI, Prêmios de Seguros e Assinaturas e



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

Anuidades. A variação de 20% de 2023 para 2024 deve-se principalmente ao incremento das contratações de Serviços de TI pagos antecipadamente.

Nota 6 – Realizável a Longo Prazo – Compreende o valor a receber a título de Dívida Ativa tributária e não Tributária, esta deduzida do ajuste para perdas a um percentual de 99,34%, calculado conforme metodologia descrita no item 2.1.2.1. Os valores inscritos referem-se a multas contratuais aplicadas a fornecedores, valores pendentes de arrendatários, penalidades aplicadas a cartório e valores recebidos por ex-servidores sujeitos a devolução.

Descrição	2024	2023
Créditos Inscritos em Dívida Ativa Não Tributária	4.933.799,14	4.636.763,54
(-) Ajuste para Perdas em Dívida Ativa Não Tributária	(4.901.236,06)	(4.624.244,28)
Dívida Ativa Tributária	207.771,09	207.771,09
Serviços de TI a Apropriar	457.643,66	-
Total	697.977,83	220.290,35

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 7 – Imobilizado – Composto por Bens Móveis e Imóveis, consoante detalhamento abaixo, onde todos os bens do Poder estão centralizados na unidade gestora TJPE.

Descrição	2024 (a)	2023 (a)	Crescimento % (c) = (a – b) / b*100
Bens Imóveis	775.630.697,16	758.798.981,31	2,22%
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	(79.215.294,20)	(69.483.066,51)	14,01%
Bens Móveis	335.109.563,75	292.203.676,81	14,68%
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	(140.760.891,60)	(127.526.797,06)	10,38%
Total	890.764.075,11	853.992.794,55	4,31%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Devido à relevância desse grupo, optou-se pelo detalhamento dos bens móveis e imóveis, respectivamente, evidenciados abaixo:



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

Bens Móveis - Detalhamento	2024	2023	Variação 2024 / 2023
Valor Contábil Bruto inicial (I)	292.203.676,81	286.301.941,03	2,06%
Adições - Aquisições e/ou Bens Recebidos (II)	44.919.442,20	7.060.379,09	536,22%
Baixas/Desincorporações e Doações no Período (III)	(2.013.555,26)	(1.158.643,31)	73,79%
Valor Contábil Bruto final (IV) = (I + II + III)	335.109.563,75	292.203.676,81	14,68%
Bens de Informática	149.239.021,36	131.956.916,23	13,10%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	73.282.348,00	65.985.969,60	11,06%
Móveis e Utensílios	72.252.938,33	67.335.103,03	7,30%
Veículos	38.176.637,07	24.743.324,81	54,29%
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação ¹	1.714.056,92	1.772.801,07	-3,31%
Obras de Arte e Peças para Exposição	444.562,07	409.562,07	8,55%
Depreciação Acumulada Inicial (V)	(127.526.797,06)	(114.924.861,68)	10,97%
Depreciação Reconhecida no Período (VI)	(13.951.342,63)	(12.697.204,92)	9,88%
Baixas de Depreciação Acumulada (VII)	717.248,09	95.269,54	653%
Depreciação Acumulada Final (VIII) = (V + VI + VII)	(140.760.891,60)	(127.526.797,06)	10,38%
Bens de Informática	(75.488.259,39)	(68.370.783,82)	10,41%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	(27.775.613,99)	(24.851.041,83)	11,77%
Móveis e Utensílios	(27.676.786,11)	(25.847.598,48)	7,08%
Veículos	(8.685.633,56)	(7.353.654,49)	18,11%
Materiais culturais, Educacionais e de Comunicação	(1.134.598,55)	(1.103.718,44)	2,80%
Valor Contábil Líquido de Bens Móveis (IX) = (IV) + (VIII)	194.348.672,15	164.676.879,75	18,02%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ O valor evidenciado nessa conta inclui os valores registrados a título de Coleções e Materiais Bibliográficos.

Bens Imóveis - Detalhamento	2024	2023	Variação 2024 / 2023
Valor Contábil Bruto inicial (I)	758.798.981,31	750.349.159,46	1,13%
Adições (II)	22.994.882,21	10.799.471,61	112,93%
Baixas (III)	(6.163.166,36)	(2.349.649,76)	162,30%
Valor Contábil Bruto Final (IV) = (I) + (II) + (III)	775.630.697,16	758.798.981,31	2,22%
Edificações em Geral	588.203.331,50	581.613.562,64	1,13%
Terrenos com Edificações	112.542.730,89	113.258.175,39	-0,63%
Continua			



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

			Continuação
Bens Imóveis do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental	28.159.903,75	27.809.214,30	1,26%
Obras em Andamento	23.776.955,17	15.755.215,35	50,91%
Instalações	11.706.864,75	10.023.577,21	16,79%
Terrenos sem Edificações	8.974.392,50	8.974.392,50	-
Bens Imóveis Cedidos por Terceiros	1.289.701,56	1.289.701,56	-
Instalações em Andamento	902.029,80	-	-
Estudos e Projetos	74.787,24	75.142,36	-0,47%
Depreciação Acumulada anterior (V)	(69.483.066,51)	(59.873.726,26)	16,05%
Depreciação Reconhecida no período (VI)	(10.218.249,32)	(9.738.959,45)	4,92%
Baixas de depreciação acumulada (VII)	486.021,63	129.619,20	274,96%
Depreciação Acumulada no final do período (VIII) = (V) + (VI) + (VII)	(79.215.294,20)	(69.483.066,51)	14,01%
Valor Contábil Líquido de Bens Imóveis (IX) = (IV) + (VIII)	696.415.402,96	689.315.914,80	1,03%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 8 – Intangível – Especificamente relacionado a software, encontra-se evidenciado pelo valor líquido, deduzido da respectiva amortização acumulada, reconhecida para aqueles com vida útil atribuída como definida.

Softwares - Detalhamento	2024	2023	Variação 2024 / 2023
Valor Contábil Bruto inicial (I)	29.820.974,51	31.816.997,35	-6,27%
Adições (II)	1.815.145,96	5.438.705,73	-66,63%
Baixas (III)	(1.305.389,77)	(7.434.728,57)	-82,44%
Valor Contábil Bruto Final (IV) = (I) + (II) + (III)	30.330.730,70	29.820.974,51	1,71%
Amortização Acumulada anterior (V)	(16.318.615,64)	(16.246.116,53)	0,45%
Amortização Reconhecida no período (VI)	(484.685,33)	(3.464.075,60)	-86,01%
Baixas de Amortização acumulada (VII)	-	3.391.576,49	-100,00%
Amortização Acumulada no final do período (VIII) = (V) + (VI) + (VII)	(16.803.300,97)	(16.318.615,64)	2,97%
Valor Contábil Líquido de Softwares (IX) = (IV) + (VIII)	13.527.429,73	13.502.358,87	0,19%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 9 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo – Compreendem as obrigações de férias, referentes a salários ou



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

remunerações, bem como benefícios aos quais o servidor tenha direito e encargos a pagar, entre outros, evidenciados na tabela a seguir.

Descrição	2024	2023	Variação 2024 / 2023
Pessoal de Exercícios Anteriores ¹	223.245.314,98	589.480,54	37.771,53%
Férias – Remuneração/subsidio - Folha de Pessoal Civil ²	126.782.363,16	109.986.676,88	15,27%
Férias - Abono Constitucional - Folha de Pessoal Civil ²	37.732.882,61	32.689.652,89	15,43%
Férias - Contribuição Patronal RPPS ²	26.279.995,42	24.369.934,20	7,84%
Licença Prêmio ²	11.329.896,28	15.474.956,41	-26,79%
Férias – Auxílio Alimentação - Folha de Pessoal Civil ²	5.417.044,09	5.407.477,70	0,18%
Contribuição Patronal ao FUNAPREV	1.725.155,51	1.045.770,80	64,96%
Contribuição Patronal INSS	979.426,68	906.211,86	8,08%
Pessoal a Pagar pela UG	762.833,23	1.031.600,00	-26,05%
Contribuição Patronal ao SASSEPE	659.477,13	637.927,88	3,38%
Férias – Contribuição Patronal INSS ²	621.091,25	618.745,13	0,38%
Previdência Complementar a Pagar (BB-Prev)	69.213,39	66.796,63	3,62%
INSS de Terceiros PF a Pagar	20.221,81	12.290,20	64,54%
Total	435.624.915,54	192.837.521,12	125,90%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ O valor corresponde a verbas de pessoal referentes a exercícios anteriores, devidas a magistrados, com expectativa de pagamento no curto prazo. Decorrentes de decisões anteriores a 2024, há os saldos referente a Parcela Autônoma de Equivalência (P.A.E.) – R\$ 292.927,95 e Auxílio Alimentação – R\$ 296.552,59. O saldo restante resulta de decisões publicadas no Diário de Justiça Eletrônico (Dje) ocorridas em 2024, relativa a Adicional por Tempo de Serviço (ATS) – R\$ 123.191.048,94 (Dje nº 289/2024) e Licenças Compensatórias – R\$ 99.464.785,50 (Dje nº 231/2024).

² Refere-se à apropriação por competência, passível de futura execução orçamentária.

Nota 10 – Demais Obrigações a Curto Prazo – Compreendem outras obrigações da entidade junto a terceiros, conforme quadro abaixo:

Descrição	2024	2023
Precatórios sob a Guarda do TJPE – Entes e Entidades ¹	36.432.649,02	166.257.295,32
Contribuições Previdenciárias RPPS a Recolher - Folha de Pessoal Civil	24.807.234,68	36.119.324,09
Imposto de Renda Retido a Recolher – Folha de Pessoal Civil	24.363.870,62	23.093.929,39
		Continua



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

		Continuação
Pessoal a Pagar pela UG ²	13.451.737,65	10.519.526,15
Depósito de Terceiros e Cauções	4.453.420,44	4.900.657,89
Contribuições e Impostos sobre Serviços	2.066.458,08	1.887.951,54
Demais consignações Retidas sobre a Folha de Pagamento	494.454,26	412.027,17
Demais Obrigações	487.795,31	101.550,19
Total	106.557.620,06	243.292.261,74

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Os recursos de precatórios sob a guarda do TJPE foram registrados no passivo financeiro do Poder a partir de 31/12/2023.

² Sistemática de contabilização da folha de pagamento, definida pelo Poder Executivo, foi modificada em 2023, gerando saldo de pessoal a pagar no grupo "Demais Obrigações a Curto Prazo".

Nota 11 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo – Compreende as verbas de pessoal registradas em 2024 referentes a exercícios anteriores, devidas a magistrados, com expectativa de pagamento no longo prazo, decorrentes de decisões publicadas no Diário de Justiça Eletrônico (Dje) abrangendo o Adicional por Tempo de Serviço (ATS), no valor de R\$ 420.960.396,56, conforme Dje nº 289/2024, e Licenças Compensatórias, no valor de R\$ 346.794.404,18, conforme Dje nº 231/2024.

Nota 12 – Resultados Acumulados – Compõem o Patrimônio Líquido - PL da entidade, detalhado no quadro a seguir.

Descrição	2024	2023
Resultado do Exercício ¹	(832.957.064,42)	144.954.699,10
Ajustes de Exercícios Anteriores	(692.926,76)	(34.735,36)
Subtotal	(833.649.991,18)	144.919.963,74
Resultado de Exercícios Anteriores	1.052.579.680,04	907.659.716,30
Total do Patrimônio Líquido	218.929.688,86	1.052.579.680,04

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Detalhado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Quanto aos ajustes de exercícios anteriores, o quadro a seguir elenca os fatos que determinaram tais registros.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

Descrição	2024	2023
Baixa de suprimentos com prestação de contas no exercício anterior	(426.960,90)	(500,00)
Depreciação de Bens Móveis e Imóveis	(264.752,65)	-
Créditos a receber	(1.213,21)	(19.094,91)
Variação no valor econômico de bens móveis doados	-	(25.560,00)
Ajustes em Valores de Bens Imóveis	-	13.839,62
Depreciação/Baixa de Bens Móveis	-	(4.280,07)
Registro de Bens Móveis	-	860,00
Total	(692.926,76)	(34.735,36)

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

4. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Evidencia as alterações ocorridas no patrimônio da entidade, indicando o resultado patrimonial do exercício, apurado através do confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

A DVP foi elaborada no modelo analítico, detalhando os subgrupos das variações patrimoniais em um único quadro, conforme previsão da IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais e do MCASP.

Nota 1 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria – Correspondem apenas a Taxas, conforme detalhamento a seguir:

Descrição	2024	2023
Taxa pela Utilização dos Serviços Notariais ou de Registro – TSNR	137.545.500,26	123.745.903,08
(-) Restituição de Taxa pela Utilização dos Serviços Notariais ou de Registro – TSNR	(394.201,15)	(387.367,30)
Custas Processuais	138.521.328,57	119.858.409,70
(-) Restituição de Custas Processuais	(187.495,69)	(195.360,17)
		Continua



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

		Continuação
Taxa Judicial	91.713.344,94	85.545.520,14
(-) Restituição de Taxa Judicial	(168.612,01)	(101.585,32)
Receitas Incidentes sobre Emolumentos	19.236.360,60	16.543.589,20
(-) Restituição de Receitas Incidentes sobre Emolumentos	(16.845,63)	(19.923,72)
Emolumentos ¹	14.726.578,50	-
TOTAL	400.975.958,39	344.989.185,61

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Receita de Emolumentos referente devolução de vencimentos dos notariais interinos passou a ser registrado separadamente no grupo de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria. Até 2023, eram consideradas na mesma classificação da TSNR.

Nota 2 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos – Abrangem principalmente as receitas de operacionalização da folha de pagamento e as de serviços de fornecimento de selo digital de autenticidade dos atos extrajudiciais.

Descrição	2024	2023
Receita de Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento de Pessoal	8.922.552,78	7.508.687,70
Serviços de Fornecimento de Selo Digital de Autenticidade dos Atos Extrajudiciais	3.365.092,55	2.530.418,25
(-) Restituição da Receita de Serviços de Fornecimento de Selo Digital de Autenticidade dos Atos Extrajudiciais	(855,00)	(700,00)
Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	1.813.233,57	-
Receita de Arrendamentos	1.575.838,98	1.261.517,54
(-) Restituição da Receita de Arrendamentos	(1.498,00)	-
Outras Receitas	266.589,44	236.685,09
TOTAL	15.940.954,32	11.536.608,58

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 3 – Transferências e Delegações Recebidas - Correspondem principalmente a transações entre unidades gestoras do Estado de PE, pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social, relativas a transferências recebidas de valores e bens. Dentre as transferências recebidas, destacam-se os duodécimos repassados pelo Poder Executivo estadual.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

Descrição	2024	2023
Transferências Intragovernamentais (i)	2.321.051.800,00	2.065.436.200,00
Duodécimos Recebidos ¹	2.321.051.800,00	2.065.436.200,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas ² (ii)	2.619.096,29	-
Transferências de Pessoas Físicas (iii)	-	10,60
Total (iv) = (i + ii + iii)	2.323.670.896,29	2.065.436.210,60

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Em 2024, contempla o recebimento de R\$ 2.306.051.800,00, previsto na Lei Orçamentária Anual – LOA (0500000000-Recursos não vinculados de Impostos), acrescido de R\$ 15.000.000,00, referente a crédito suplementar, autorizado pela Lei nº 18.655 de 20/08/2024.

² Em 2024, contemplam devoluções de imóveis cedidos.

Nota 4 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos –

Em 2024, o valor total compreende a desincorporação de passivos, decorrente de ajustes no passivo de férias por competência (R\$ 53.449.378,09) e no passivo de licença prêmio (R\$ 4.445.071,73), cuja metodologia consiste em ajuste mensal de saldo a pagar. Também compreende ganhos com incorporação de ativos (R\$ 12.288,26).

Nota 5 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas –

Compreendem as reversões de provisões e ajustes de perdas, bem como diversas variações patrimoniais aumentativas, as quais abrangem principalmente a receita pela administração dos depósitos judiciais em bancos oficiais, conforme detalhado no quadro abaixo.

Descrição	2024	2023
Receita pela Administração dos Depósitos Judiciais em Bancos Oficiais	90.196.305,12	99.545.270,86
Ressarcimento de Despesa com Pessoal à Disposição	3.062.367,32	2.711.227,92
Indenizações e Restituições	1.844.692,77	1.564.092,61
Multas Administrativas	214.532,57	237.814,65
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	59.846,11	36.110,51
Demais Variações Patrimoniais Aumentativas	53.751,54	43.853,69
Total	95.431.495,43	104.138.370,24

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

Nota 6 – Pessoal e Encargos – Compreendem as VPD's relacionadas aos dispêndios com remuneração de servidores e magistrados, incluindo encargos patronais e benefícios.

Descrição	2024	2023	2024/2023
Remuneração a Pessoal ¹	2.789.313.809,33	1.556.080.296,20	79,25%
Encargos Patronais	359.961.105,74	335.316.857,52	7,35%
Benefícios a Pessoal	163.903.487,75	156.988.323,96	4,40%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	69.045.309,29	55.794.443,49	23,75%
Despesas com o Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI) ²	44.259.919,56	30.072.238,20	47,18%
Demais Variações	24.785.389,73	25.722.205,29	-3,64%
Total	3.382.223.712,11	2.104.179.921,17	60,74%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Inclui principalmente salário e vencimentos dos servidores e magistrados, 13º Salário, gratificações, férias, licenças compensatórias e abono de permanência. A variação significativa deriva principalmente de verbas de pessoal registradas em 2024 referentes a exercícios anteriores, devidas a magistrados, abrangendo as seguintes: Adicional por Tempo de Serviço (ATS) – R\$ 544.151.445,50; e Licenças Compensatórias – R\$ 446.259.189,68.

² O Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI), destinado a servidores efetivos, foi previsto na Lei Estadual nº 18.145/2023 e regulamentado pela resolução TJ nº 497/2023.

Nota 7 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Evidenciam os valores pagos a título de auxílio saúde (98,91% do total) e auxílio funeral.

Nota 8 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo – Evidencia o uso de material de consumo, serviços, depreciação de bens móveis e imóveis, além da amortização de intangível (softwares).

Descrição	2024	2023
Serviços	222.645.185,04	175.929.963,85
Locação de mão de obra	100.267.595,83	82.239.532,44
Serviços de tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	53.091.040,36	29.296.540,89
Diárias, passagens e despesa com deslocamento	7.340.221,10	4.939.806,98
Demais Serviços	61.946.327,75	59.454.083,54
Uso de Material de Consumo	18.008.087,22	16.285.512,34
Depreciação de Bens Móveis	13.951.645,52	12.697.204,92
		Continua



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

		Continuação
Depreciação de Bens Imóveis	9.916.942,07	9.738.959,45
Amortização de Intangível	484.685,33	3.464.075,54
Total	265.006.545,18	218.115.716,10

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ A variação significativa da amortização reconhecida no período decorre da mudança da forma de contratação para Software as a Service -SaaS (software como serviço), como também do fim da amortização de alguns softwares com vida útil definida.

Nota 9 – Transferências e Delegações Concedidas – Compreendem as transferências intragovernamentais, intergovernamentais e aquelas destinadas a instituições privadas.

Descrição	2024	2023
Transferências Intragovernamentais	3.377.608,66	42.514.705,28
Transferências Intergovernamentais	3.231.024,50	795.814,98
Transferências a Instituições Privadas	1.269.092,22	336.438,63
Outras Transferências e Delegações Concedidas	728.698,36	-
Total	8.606.423,74	43.646.958,89

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

As transferências intragovernamentais correspondem a transações realizadas entre unidades gestoras do Estado de PE e do próprio Poder, pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social, relativas a transferências de valores, bens móveis e imóveis, conforme detalhamento a seguir.

Descrição	2024	2023
Repasse financeiros concedidos ¹	1.365.935,36	41.225.489,70
Bens Imóveis - Cessões devolvidas	1.165.229,90	922.917,13
Bens Imóveis - Cessões concedidas	740.730,80	366.298,45
Bens Móveis - Doações para Outro Órgão	74.887,00	-
Bens Móveis – Transferências Concedidas para Outro Órgão	30.825,60	-
Total	3.377.608,66	42.514.705,28

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Em 2024, compreende o valor transferido à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, para aplicação na Assistência Judiciária do Estado, conforme previsto na Lei nº 11.404/1996.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

Por sua vez, as transferências intergovernamentais e as outras transferências e delegações concedidas compreendem a cessão de imóveis concedidas a municípios (R\$ 2.615.565,43), a devolução de imóveis cedidos por municípios (R\$ 1.155.618,60), e as doações de bens móveis concedidas a união e municípios (188.538,83).

Em relação às transferências para instituições privadas, destaca-se a transferência para a Caixa de Assistência dos Magistrados de PE (CAMPE), que representa 86% do valor total em 2024, sendo destinada a serviços de atendimento médico-odontológico para os magistrados do TJPE.

Nota 10 – Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos – Refere-se à desincorporação de ativos e ajuste para perdas em créditos e dívida ativa não tributária, conforme tabela a seguir:

Descrição	2024	2023
Desincorporações de Ativos Intangíveis	1.023.890,40	4.043.152,14
Ajuste para Perdas em Créditos e Dívida Ativa Não Tributária	417.948,74	1.337.576,74
Outras Desincorporações de Bens Móveis	175.600,30	-
Desincorporação de Créditos e Dívida Ativa Não Tributária	125.008,97	11.882,91
Perdas Involuntárias	73.239,76	25.013,67
Outras Desincorporações de Imobilizado	39.668,27	173.722,30
Perdas com Alienação	-	769.027,73
Total	1.855.356,44	6.360.375,49

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 11 – Tributárias – Correspondem especificamente às variações decorrentes de taxas, destacando-se as municipais, e contribuições previdenciárias sobre prestação de serviços pessoa física.

Nota 12 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Compreendem as despesas com militares inativos da guarda patrimonial (R\$ 2.936.302,26), despesas com indenizações e restituições (R\$ 818.446,96), indenizações do Programa Moradia Legal – PE (R\$ 344.880,00) e prêmios em pecúnia (R\$ 22.500,00).



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

5. Balanço Orçamentário

Evidencia as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas, conforme art. 102 da Lei nº 4.320/1964.

Apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício (dotação inicial mais os créditos adicionais abertos), as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

De acordo com o disposto no MCASP e IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário, é composto pelos quadros:

- Balanço Orçamentário – MCASP
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados

5.1. Balanço Orçamentário - MCASP

O Balanço Orçamentário elaborado não contempla as transferências financeiras recebidas e concedidas, destacando-se aquelas recebidas a título de duodécimos do Poder Executivo, em virtude do disposto nas orientações do MCASP, Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, conforme trecho abaixo:

Os Balanços Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos, sendo deficitários e dependentes de recursos do Tesouro. Esse fato não representa irregularidade, devendo ser evidenciado complementarmente por nota explicativa que demonstre o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionadas à execução do orçamento do exercício.

Como consequência desse dispositivo, o Balanço Orçamentário do Poder apresenta um déficit, suportado pelos duodécimos recebidos, conforme justificado na Nota 4.

Nota 1 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria – Compreendem as receitas diretamente arrecadadas, relativas a custas processuais, taxa judiciária, Taxa de Utilização dos Serviços Notariais ou de Registro (TSNR), Emolumentos e Receita



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

Incidente sobre Emolumentos. É apresentada pelo seu valor líquido, importando em uma receita bruta arrecadada de R\$ 403.237.633,61, com dedução de R\$ 767.154,48, que correspondem a restituições de recursos recebidos a maior ou indevidamente.

Descrição da Receita com Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	Arrecadação por Exercício		
	2024	2023	% (2024/2023)
Custas Processuais	139.055.985,48	119.019.558,43	16,83%
Taxa Judicial	92.317.101,07	84.746.426,76	8,93%
Taxa pela Utilização dos Serviços Notariais ou de Registro – TSNR	137.151.299,11	123.358.535,78	11,18%
Emolumentos ¹	14.726.578,50	-	-
Receitas Incidentes sobre Emolumentos ¹	19.219.514,97	16.523.665,48	16,32%
TOTAL	402.470.479,13	343.648.186,45	17,12%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Receita de Emolumentos referente devolução de vencimentos dos notariais interinos passou a ser registrado separadamente no grupo de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria. Até 2023, eram consideradas na mesma classificação da TSNR.

Nota 2 – Outras Receitas Correntes – Do montante, 94,24% compreende a arrecadação da receita advinda da remuneração pela administração dos depósitos judiciais por parte do Banco do Brasil.

Nota 3 – Déficit Orçamentário – É obtido pela diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas. O resultado deficitário, evidenciado no quadro abaixo, decorre essencialmente das transferências financeiras advindas do Estado a título de duodécimos, as quais não são consideradas receitas orçamentárias neste Poder, vez que já foram computadas pela Secretaria da Fazenda na origem quando da arrecadação.

Receitas Realizadas	Despesas Empenhadas	Resultado da Execução
(a)	(b)	(c) = (a – b)
572.059.644,00	2.749.950.458,32	(2.177.890.814,32)

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Caso o modelo da demonstração, elaborado pela STN, considerasse as transferências recebidas e concedidas, o resultado apresentado seria superavitário no valor de R\$ 141.795.050,32.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

Receitas Realizadas	Transferências Recebidas (Duodécimos)	Despesas Empenhadas	Transferências Concedidas ¹	Superávit
(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a + b – c - d)
572.059.644,00	2.321.051.800,00	2.749.950.458,32	1.365.935,36	141.795.050,32

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Refere-se ao repasse à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, para aplicação na Assistência Judiciária do Estado, conforme previsto na Lei nº 11.404/1996.

Nota 4 – Saldos de Exercícios Anteriores – O montante de R\$ 46.000.000,00 foi utilizado como fonte para abertura de créditos adicionais suplementares no exercício de 2024. Desse montante, R\$ 20.000.000,00 foi aberto tendo como fonte o superávit financeiro apurado no exercício de 2023, apurado no balanço patrimonial na fonte 75924-FERM (Decreto nº 56.864/24). Já o valor de R\$ 26.000.000,00, representa 99% do superávit financeiro apurado no exercício de 2023 na fonte 75957-FUNSEG (Decreto nº 56.516/24).

Nota 5 – Dotação inicial - A Lei Orçamentária Anual contempla a destinação de orçamento à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, que poderá executar esse valor à medida que este Poder repasse 1% da arrecadação mensal com Taxa de Utilização dos Serviços Notariais ou de Registro (TSNR). Esta transferência ocorre em cumprimento ao § 3º, art. 27, da Lei nº 11.404/1994, que prevê a aplicação na Assistência Judiciária do Estado. Em 2024, houve ainda previsão de receita, fonte 755-Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta, lançada na UG do FERM (R\$ 68.900,00) e na UG do TJ (R\$ 41.200,00), sem alocação de despesa fixada, que gerou um superávit de previsão.

Previsão Inicial da Receita	Transferências a Receber conforme LOA (Duodécimo)	Dotação Inicial da Despesa	Dotação alocada na Defensoria Pública	Previsão de Receita sem despesa fixada
(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a + b – c – d)
495.086.000,00	2.306.051.800,00	2.799.875.400,00	1.152.300,00	110.100,00

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 6 – Dotação Atualizada – Em relação à dotação inicial, houve um acréscimo de R\$ 90.436.453,25. Esse montante resulta de suplementações decorrentes de créditos adicionais, demonstradas no quadro abaixo.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

Dotação Inicial da Despesa	Suplementação (Superávit Financeiro – TJ) ¹	Suplementação (Excesso de Arrecadação-Sefaz) ²	Suplementação (Anulação de Despesa de Outras UG's do Estado) ³	Suplementação (Superávit Financeiro – FERM) ⁴	Dotação Atualizada da Despesa
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a + b + c + e)
2.799.875.400,00	26.000.000,00	29.356.453,25	15.080.000,00	20.000.000,00	2.890.311.853,25

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Fonte 075957 (recursos do FUNSEG), conforme Decreto nº 56.516/24.

² Fonte 0500 (recursos não vinculados de impostos), previsto na Lei nº 18.733/24.

³ Fonte 0500 (recursos não vinculados de impostos), conforme Decreto nº 56.331/24 e Lei nº 18.655/24.

⁴ Fonte 075924 (recursos do FERM), conforme Decreto nº 56.864/24.

Nota 7 – Despesas Empenhadas – Atingiram o montante de R\$ 2.749.950.458,32, correspondendo a 95,14% das autorizações, representando uma economia na execução, saldo orçamentário não utilizado, da ordem de R\$ 140.361.394,93.

5.2. Conciliação dos dados do Balanço Orçamentário com a Demonstração de Fluxos de Caixa

Em observância ao Item 2.3, subitem J, Parte V do MCASP 10ª edição, segue abaixo a conciliação de dados do Balanço Orçamentário com informações extraídas da Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa da Demonstração de Fluxos de Caixa.

Conciliação do Balanço Orçamentário com a Demonstração dos Fluxos de Caixa	
(+) Receitas Correntes (Arrecadadas)	572.059.644,00
(+) Transferências Recebidas (Duodécimos)	2.321.051.800,00
(-) Despesas Correntes Pagas - Pessoal e Demais Despesas (Desembolsos)	(2.679.479.082,25)
(-) Despesas correntes pagas – Empenhadas no Exercício	(2.671.528.494,87)
(-) Restos a pagar de 2023 pagos em 2024 ref. Atividades Operacionais	(7.950.587,38)
(-) Transferências Concedidas ¹	(1.365.935,36)
(=) <i>Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)</i>	212.266.426,39
(+) Receitas de Capital (Arrecadadas)	-
(-) Despesas de Capital Pagas	(53.182.866,21)
(-) Despesas de capital pagas – Empenhadas no Exercício	(52.795.933,28)
(-) Restos a pagar de 2023 pagos em 2024 ref. Investimentos	(386.932,93)
(Continua)	



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

	(Continuação)
(=) Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	(53.182.866,21)
Geração líquida de caixa e equivalente de caixa (III) = (I) + (II)	159.083.560,18

¹ O total de transferências concedidas neste demonstrativo difere do apresentado na DFC, uma vez que o valor acima representa os valores repassados sem correspondente execução orçamentária. Dessa forma, na DFC, consta como transferência concedida o valor de R\$ 2.463.816,50, que contempla, além das transferências sem execução orçamentária, os valores de R\$ 95.018,75, referente a despesas correntes pagas a instituição de pesquisa e desenvolvimento tecnológico (modalidade de aplicação 50), e R\$ 1.002.862,39, referente a transferência para a Caixa de Assistência dos Magistrados de PE (CAMPE) (modalidade de aplicação 50).

6. Balanço Financeiro

Evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e os dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Os ingressos de natureza orçamentária e extraorçamentária especificam, respectivamente, as receitas do ente, as transferências financeiras recebidas, dentre estas, o duodécimo repassado pelo Estado, e os valores recebidos pertencentes a terceiros, como, por exemplo, cauções, consignações, retenções de tributos, depósitos de diversas origens e os restos a pagar inscritos no exercício.

Os dispêndios orçamentários representam as despesas orçamentárias empenhadas. Já os dispêndios extraorçamentários são saídas de caixa relativas a devoluções de cauções, pagamento de consignações, retenções e restos a pagar, entre outros.

Sua elaboração segue as orientações contidas na IPC 06 - Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro, além do disposto no MCASP.

Nota 1 – Receita Orçamentária – A receita está apresentada líquida das deduções. São tratadas como deduções da receita as restituições de custas e taxa judiciais, taxa sobre serviços notariais ou registrais (TSNR) e das receitas sobre emolumentos, e outras receitas recebidas a maior ou indevidamente evidenciadas abaixo.

Descrição	2024	2023
Receita Orçamentária Bruta (I)	572.829.151,48	510.650.457,31
Total Restituições (II)	(769.507,48)	(714.936,51)
		Continua



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

		Continuação
(-) Restituição de Taxa sobre Serviços Notariais ou Registrais – TSNR	(394.201,15)	(387.367,30)
(-) Restituição de Custas Processuais	(187.495,69)	(195.360,17)
(-) Restituição de Taxa Judicial	(168.612,01)	(101.585,32)
(-) Restituição de receitas incidentes sobre os emolumentos	(16.845,63)	(19.923,72)
(-) Restituição de receita de arrendamentos	(1.498,00)	-
(-) Restituição da receita de serviços de fornecimento de selo digital de autenticidade dos atos extrajudiciais	(855,00)	(700,00)
(-) Restituição de Devolução Indevida do Programa Judiciário Conectado	-	(10.000,00)
Receita Orçamentária Líquida (III) = (I) + (II)	572.059.644,00	509.935.520,80

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Parte da receita da fonte de recursos provenientes da alienação de outros ativos é arrecadada pela UGE 070002 - FERM, entretanto é contabilizada em fonte específica pela vinculação legal exigida na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Nota 2 – Transferências Financeiras Recebidas – Referem-se ao valor recebido do Poder Executivo, a título de duodécimo, no valor total de R\$ 2.321.051.800,00.

Nota 3 – Transferências Financeiras Concedidas – Compreende o repasse à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, para aplicação na Assistência Judiciária do Estado, conforme previsto na Lei nº 11.404/1996.

Nota 4 – Saldo para o Exercício Seguinte – Através da análise comparativa, verifica-se um aumento do resultado financeiro do exercício, no montante de R\$ 22.004.992,33, em relação ao saldo das disponibilidades existentes em 31/12/2023, reflexo do fluxo da movimentação financeira dos ingressos e dispêndios.

Saldo Final 31/12/2024	Saldo Final 31/12/2023	Resultado Financeiro 2024
(a)	(b)	(c) = (a - b)
618.642.173,70	596.637.181,37	22.004.992,33

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

7. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Elaborada pelo método direto, a DFC apresenta as entradas e as saídas de caixa classificadas em fluxo operacional, de investimento e de financiamento, permitindo avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, além da análise da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Quanto ao fluxo de caixa extraorçamentário, inerente à execução orçamentária, este decorre do fato de a despesa orçamentária paga, evidenciada pelo sistema, ser contabilizada pelo seu valor bruto. Entretanto, a saída de caixa efetiva desses recursos ocorre em datas distintas, conforme data de pagamento aos credores e de recolhimento das respectivas retenções. Além disso, contempla a movimentação de valores de terceiros, a exemplo de cauções, considerada extraorçamentária, não representando ingressos e dispêndios operacionais, de investimentos, tampouco financiamento. Tal sistemática está em conformidade com o disposto no item 16 da IPC 08, que orienta o ente a ajustar a estrutura do demonstrativo de forma a refletir o saldo da conta caixa e equivalentes de caixa quando há valores vinculados em sua composição.

Destaca-se que os fluxos de caixa negativo dos investimentos, numa análise consolidada, foram custeados pelo fluxo de caixa positivo das operações.

Nota 1 – Transferências Recebidas – Representam as transferências financeiras recebidas, no montante de R\$ 2.321.051.800,00, para cobertura dos gastos classificados na fonte de recurso 0500000000-Recursos não vinculados de Impostos, advindo do Poder Executivo a título de duodécimos, previsto na Lei Orçamentária Anual – LOA e suplementação autorizado pela Lei nº 18.655 de 20/08/2024.

Nota 2 – Transferências Concedidas – Compreende o repasse à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, para aplicação na Assistência Judiciária do Estado, conforme previsto na Lei n 11.404/1996, no valor de R\$ 1.365.935,36. Além disso, contempla também as transferências realizadas para instituição de pesquisa e desenvolvimento, que totalizaram o valor de R\$ 95.018,75 e as transferências para a Caixa de Assistência dos Magistrados de PE (CAMPE), que totalizaram o valor de R\$ 1.002.862,39.

Nota 3 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa – Corresponde a soma do Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Os valores apresentados na DFC a título de Caixa e Equivalente de Caixa inicial e final coincidem com os apresentados no Ativo Circulante no Balanço Patrimonial. Ressalta-se ainda que o saldo considerado na DFC contempla o saldo de depósitos



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2024

restituíveis e valores vinculados, em 31/12/2024, classificados no grupo 1.1.1. do ativo circulante.

Nota 4 – Geração Líquida Extraorçamentária – Corresponde à movimentação de recursos extraorçamentários, representados principalmente pelo ingresso e pagamento de retenções e depósitos diversos, que resultaram, no exercício de 2024, em um aumento no saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa de R\$ 29.178.727,47.

Recife, 24/04/2025.

Carleide Maria Bezerra
Contadora – CRC/PE-019946/O

Des. Ricardo Paes Barreto
Presidente

Nota 1: A publicação das demonstrações contábeis no Diário de Justiça Eletrônico (DJE), ocorreu em 30/04/2024, edição nº 110/2025, disponível no endereço <https://www.tjpe.jus.br/dje>. Acrescentamos que alguns formatos perderam a configuração, por exemplo, tamanho da fonte de citação, deslocamento, texto centralizado e tabelas, em razão da adequação automática da própria ferramenta do Dje.